



Serra Pelada, uma ferida de ouro aberta na selva

'Se o Presidente determinar diretas estarei com ele'

"Folha" — Os sete vereadores do PDS em Marabá são conhecidos como a "bancada do Curio"...

Curio — ... e o deputado estadual também é meu. Nós vencemos quase que totalmente as eleições em Marabá. Marabá e toda aquela região ali. Agora, você me faz uma pergunta sobre eleições diretas ou indiretas. Eu acho que todas as duas são democráticas. A direta eu considero um pouco mais democrática porque o povo participa. Mas a decisão está aí. A polêmica está nas mãos do partido. O presidente já se pronunciou favorável às diretas. Dentro do partido existem dissidências, um grupo apóia diretas, outro indiretas, tá? Vamos aguardar o consenso do partido.

"Folha" — Mas o sr., deputado Curio, pessoalmente, o que é que prefere? Diretas ou indiretas? O sr. parece ter gostado da experiência de participar de uma eleição direta.

Curio — A missão... não é que eu tenha gostado, é... é muito desgastante. Eu tenho procurado trabalhar. Não é vaidade, mas é gratificante. Agora... eu acho que as eleições têm de ser decididas pelo partido...

"Folha" — E quando chegar a hora de decidir dentro do seu partido: o sr. vota a favor ou contra as diretas?

Curio — Agora você me colocou na parede. Eu diria a você o seguinte: que eu aguardaria o comando do presidente Figueiredo, porque nós delegamos a ele o comando.

"Folha" — Pois é, o presidente Figueiredo já disse que é a favor das diretas, mas o PDS é que não quer...

Curio — Se o Presidente determinar que seja direta... eu estarei com ele.

"Folha" — O que é que o sr. prefere?

Curio — As diretas são mais democráticas...

"Folha" — Certa vez, o sr. disse: se o Exército não manipular o povo, a Igreja manipula. Suas relações com a Igreja sempre foram conflituosas, especialmente com o bispo de Marabá, d. Alano Pena. Como estão hoje estas relações?

Curio — Eu nunca mais tive contato pessoal com d. Alano...

(O jornal "O Estado de S. Paulo", em sua edição de 2 de novembro de 1980, relata o que ocorreu há alguns anos, quando Curio foi pedir a primeira audiência a d. Alano Pena.)

"Folha" — Diga ao bispo — disse o militar — que eu quero vê-lo.

"Folha" — Mas quem é o senhor? — perguntou o atendente.

"Folha" — Diga ao bispo que é o "doutor Curio".

A resposta veio imediatamente:

"Folha" — O bispo manda dizer que não atende apelidos).

... ele tem falado muito pouco, também, a meu respeito. Li uma declaração dele pela imprensa até certo ponto me elogiando pela posição que eu tomei com relação aos garimpeiros de Serra Pelada. Não creio que ele tenha grande simpatia por mim. Houve fatos conflitantes, como você disse, na região do Araguaia, com o meu trabalho e com o trabalho da Igreja. Conflitante pelo seguinte: porque d. Alano se queixava que nas áreas onde eu atuava o povo não recebia os padres. Mas eu nunca proibi a entrada dos padres, pelo contrário. O bispo d. Alano não me concedia mais a ida dos padres à região e eu fui obrigado a levar capelães militares para dar missa, fazer batizados, tudo mais. Isso também desgastou d. Alano, porque ele disse que eu estava entrando na seara dele.

"Folha" — O que o pessoal da Igreja diz é que o sr. só deixa padre entrar na Serra Pelada para celebrar missa e rezar o Pai Nosso. Nunca deu liberdade para que a Igreja faça seu trabalho pastoral.

Curio — Não, não, não. Vamos ser bem claros. Nós não temos nada a esconder. O trabalho da Comissão Pastoral da Terra, na ocasião, era um trabalho muito político. Eu sou católico, mas sou um católico criado ainda naquela época, numa Igreja tradicional, em que ela imprimava mais para o espiritualismo, não é? Cuidava mais do espírito do que do corpo e determinados segmentos da Igreja, chamados renovadores ou progressistas, eles se preocupam mais com a matéria do que com o espírito.

"Folha" — Mas a Igreja mudou muito depois de Puebla, Medellín, quando fez a opção preferencial pelos pobres.

Curio — Exatamente. Mas, dada a minha função, na época, como homem de segurança ou mesmo do SNI, eu tinha a missão de informar e, até certo ponto, de orientar o povo. A missão da CPT era conflitante como meu trabalho, porque eles orientavam os posseiros a se rebelarem contra os fazendeiros e aquela história toda... O meu trabalho era evitar que aquilo ocorresse. Então, determinadas pregações eram muito políticas e muito exaltadas. E eu, pelo meu trabalho, orientava os meus companheiros que me ouviam e que me ouvem até hoje. Eu fui o deputado mais votado de toda aquela barranca do Araguaia até hoje, então eles me ouviam... E, por isso, o d. Alano não aceitava muito a mim, mas nunca houve nenhum conflito, absolutamente. Hoje, eu tenho um bom relacionamento com muitos padres. Alguns ainda guardam certa "mágoa de mim, mas acho que o tempo se encarregará de assentar essa poeira.

"Sou contra as grandes propriedades mas defendo a propriedade produtiva"

"Folha" — Como é que o sr. se coloca diante desta questão de conflitos de terras? Continua chegando muita gente lá do Nordeste, tem invasões, aqueles posseiros todos dos castanheais, brigam com os grileiros, e destes com os índios... ou o garimpo ainda servirá por algum tempo para aliviar essa tensão social?

Curio — O garimpo surgiu pelos garimpeiros. Não foi nada imposto pelo governo. Nada. Talvez ele tenha ajudado, não há dúvida nenhuma, e esse foi um dos motivos da minha luta... 80 mil homens trabalhando. E, quando estão trabalhando, estão ganhando e estão tranquilos. Entendo que deva ser feita uma reforma agrária. Ela é necessária. Mas uma reforma agrária em que conste dela uma série de medidas do governo e que vise uma melhor distri-

buição das terras, fundamentando essa distribuição nos princípios básicos de justiça social. Isso é importantíssimo. Uma coisa também é importante: que tudo isso vise uma melhor produtividade. Porque não adianta dar a terra se não der assistência técnica, financiamentos. O problema de terras no sul do Pará é uma coisa muito grave. Você me falou em castanheais, em grandes propriedades. Eu condeno. Sou contra as grandes propriedades improdutivas. Eu defendo o direito da propriedade, ela é necessária, é uma das vigas da nossa democracia. Mas defendo a propriedade produtiva. A improdutiva, eu condeno.

"Folha" — Mas não é exatamente isso que está acontecendo? Estão cercando áreas imensas na Amazônia só para fazer pastos, derrubando e queimando até os castanheais, sem gerar empregos. Com o tempo, isso não pode criar mais conflitos, na medida em que a reforma agrária não é feita e as pessoas não têm terras nem trabalho?

Curio — Olha, de fato o caso é grave. Eu diria, por dever de justiça, que os órgãos do governo têm feito um esforço grande. Para você ter uma idéia, o Getat (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins) titular, em nome da União, 50 milhões de hectares de terra. Mas isso vem desde a época das sesmarias, é uma guerra violenta esse problema fundiário, não é?

No episódio marcante, a lembrança de um velho 'furão' chorando

"Folha" — Apesar de tudo, é um problema que só faz se agravar.

Curio — Houve uma titulação, nos últimos anos, de 500 mil famílias. Mas isso, para o Brasil, é muito pouco, porque a nossa extensão territorial é muito grande. Se isso fosse feito num país da Europa, estava resolvido o problema daquele país todo. Mas, para o Brasil, é muito pouco, porque o Brasil é muito grande. De fato, as grandes propriedades improdutivas, a grilagem de terra, isso tem de terminar e nós temos que combater. Isso aí é um câncer naquela região e poderão, sem dúvida nenhuma, surgir conflitos sérios futuramente, conflitos terríveis. O que é necessário é a definição que eu dei da reforma agrária, porque não adianta distribuir terras sem visar produtividade.

"Folha" — Se por algum motivo o governo voltar atrás mais uma vez na sua posição sobre Serra Pelada e resolver fechar o garimpo, o que poderá acontecer na Serra e na região?

Curio — Muita morte. Mas eu não creio, absolutamente, que o presidente Figueiredo faça isso, porque ele não é homem disso.

"Folha" — Eu estava no garimpo quando saiu uma notícia no jornal "Provincia do Pará" sobre um encontro que o sr. teve com o ministro César Cals no qual teria solicitado o imediato fechamento de Serra Pelada por um período de três anos. Deu uma confusão danada essa notícia lá. Os garimpeiros estavam indo embora numa incerteza muito grande, sem saber se poderão voltar no ano que vem.

Curio — A notícia que saiu na "Provincia do Pará", com todo o respeito que eu tenho pelo jornal, é uma notícia tendenciosa, falsa, até certo ponto criminosa. O ministro César Cals também a desmentiu, não houve nada disso.

"Folha" — Para encerrar, conte o episódio que mais o marcou em toda essa história de Serra Pelada.

Curio — Foi um velhinho que chegou no meu barraco, trazido pela Polícia Federal, logo no início do garimpo. E que os furões não podiam entrar em Serra Pelada. Chegou o velho, cabeça grisalha, e me disse, quase de joelhos, chorando:

Doutor Curio, está completando hoje 52 vezes que eu furei... Fui botado para fora de novo...

Aí eu achei aquilo muito interessante:

— Mas... 52 vezes?

— 52 vezes, doutor...

Naquela época, eram 100 quilômetros de selva para se furar, porque não tinha via de acesso, tudo era selva. Eu disse:

— Olha, tu mereces um prêmio. Ao invés de eu te mandar colocar para fora do garimpo, que é o que a Polícia Federal deveria fazer, eu vou mandar lhe dar a carteira de garimpeiro e o sr. vai ficar livre aí, para trabalhar.

Ele ficou numa euforia só. Depois de receber a carteira, ele falou:

— Eu não tenho nenhum tostão no bolso e estou com fome.

— Bem... Comida eu mando lhe dar agora. Vai almoçar comigo. Dirheiro...

Aí puxei do bolso uma nota de mil cruzeiros e dei para ele pela façanha heróica dele, né? Furar 52 vezes... Passaram-se os dias, os meses, eu nem me lembrava mais. Nunca mais vi o velho. Também, 80 mil homens dentro do garimpo...

Um dia, batem à porta do meu barraco e entra o senhor de cabeça grisalha. Eu não o reconheci muito bem, porque lá tem muita gente, e ele não havia aparecido mais... E ele perguntou:

— O senhor está lembrado de mim, doutor?

— Olha, eu me lembro da sua pessoa, mas não estou ligando muito bem o fato.

— Eu sou o velho que furei 52 vezes e o senhor me deu a carteira naquele dia e eu vim lhe agradecer.

Aí ele pegou um pacote com mingau de jornal e colocou sobre a minha mesa.

— Eu vim trazer isso aqui para pagar a dívida...

Eu abri o pacote, mas não tive tempo para contar na hora, mas devia ter uns Cr\$ 5 milhões, naquela época... Olhei para ele e disse:

— Mas por que isso?

— Eu vim lhe trazer isso porque eu sou um bamburrado, estou rico, estou milionário!

— Muito bem. Está milionário? Meus parabéns.

Peguei no pacote, puxei uma nota de mil cruzeiros — e isso até hoje os garimpeiros contam lá, porque muitos viram — e disse:

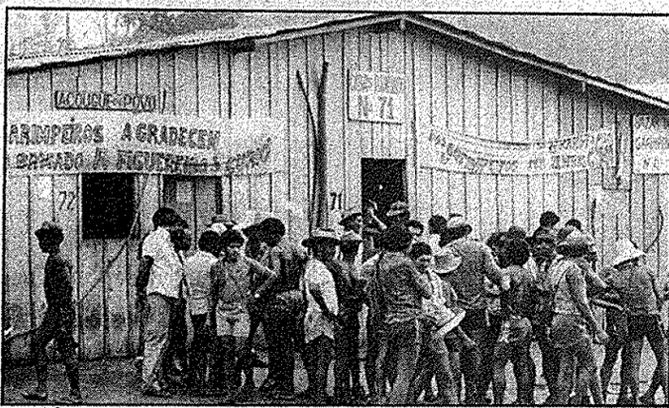
— O que o senhor me deve é isso. Não vou lhe cobrar nem juros nem correção monetária...

Eu considero aquilo ali um milagre e resumiria tudo numa só frase: é o respeito à dignidade e ao direito do homem. Povo respeitado, autoridade respeitada.

cont.

232

data 24.12.83



"O sistema atual de assalariados é ilegal", denuncia Gabriel Guerreiro

Três erros ameaçam o futuro do garimpo

Estudioso e apaixonado, defensor intransigente das riquezas minerais do Pará e do seu povo, o geólogo Gabriel Guerreiro, deputado estadual pelo PMDB, é também o mais contundente crítico do projeto de intervenção federal em Serra Pelada e das suas consequências para a vida da região. Em candente pronunciamento feito no início de novembro na Assembleia Legislativa do Pará, Guerreiro resumiu assim o destino que vê para Serra Pelada:

"O garimpo de Serra Pelada poderá, se houver seriedade, competência e bom senso, se transformar em motivo de ufanismo para todos nós, não só pelo ouro que pode produzir, mas, e principalmente, pela lição que pode nos ensinar. Se nada for feito, para nada mais servirá Serra Pelada a não ser para perpetuar a exploração e a injustiça que devora esta Nação nos nossos dias".

Gabriel Guerreiro, que encarna o papel de líder anti-Curio, aponta, basicamente, três grandes erros no processo de Serra Pelada, da intervenção até a passagem do poder para os civis, em outubro.

Embora admita que, no início, "ainda havia um certo grau de moralidade e os barrancos eram sorteados", Guerreiro localiza na própria intervenção o primeiro grande erro, a legalização da grilagem.

"Instalou-se oficialmente um garimpo em área com direito mineral assegurado a terceiros por decreto de lavra e, portanto, proibida a garimpagem, em franco e total desrespeito às leis vigentes face ao que prescreve o Código de Mineração, que a própria revolução outorgou ao País".

Em outubro de 81, quando ocorreu o primeiro grande desmoronamento em Serra Pelada, "que só não causou uma verdadeira chacina porque, por insistência dos geólogos e técnicos havia sido herdado o poço", o governo teria perdido a oportunidade de corrigir seu primeiro erro e cometido o segundo, com a reabertura do garimpo em 82.

A reabertura da Serra teve suas motivações políticas

"Esta reabertura teve suas motivações, primeiro, na ambição política, que passou a dominar certos senhores de Serra Pelada e, segundo, nos interesses de alguns outros que haviam ganho fortunas rapidamente e não estavam saciados e, ainda, de outros que lá haviam enterrado bastante capital, embalados no sonho de riquezas".

O terceiro e último grande erro, até agora, segundo o parlamentar paraense, ocorreu no momento da crise de outubro. "Criado o impasse entre os interesses da empresa detentora dos direitos minerais e os dos "donos" do ouro retirado da Serra, o principal órgão do governo, que tudo pode e tudo fez em nome da segurança (o SNI — n. do a.), se retira justamente na hora de maior insegurança de todo o processo".

Para Guerreiro, o DNPM, que substituiu o SNI no governo do garimpo, "é hoje, lamentavelmente, um dos mais desacreditados e frágeis órgãos que o governo possui no setor mineral e é este mesmo governo o único responsável pela sua total fragilidade. Desafortunadamente tem o DNPM, com sua evidente dificuldade, que assumir um problema de caráter mais social do que técnico, de proporções sem paralelo na mineração brasileira até nossos dias.

As principais críticas que Gabriel Guerreiro faz ao processo de Serra Pelada, rebatendo as afirmações do deputado Sebastião Curio:

— Nenhuma medida foi tomada para se transformar o garimpo em uma mineração organizada, como recomendava o bom senso e a técnica. Pelo contrário, incentivou-se o inchaço do garimpo pela expedição indiscriminada de licenças, criando-se o sistema de exploração do trabalho assalariado, dos "formigas", visando unicamente controlar um curral de votos para candidatos marcados, que detinham o poder de mando na área.

— Paralelamente, concentrava-se a riqueza nas mãos de uma pequena parcela que, paradoxalmente, ainda são chamados garimpeiros, mas, que, na realidade, se transformavam em uma rica elite do ouro de Serra Pelada. Trabalho apresentado pela SPBC mostra que apenas 5% dos garimpeiros acumularam cerca de 80% de todo o ouro retirado até junho de 1983.

— Enquanto se avolumavam gente e votos, se propagandeava o "fantástico" sistema inventado pelos novos gênios do garimpo a mando do governo federal. O que não se viu foi que a grande solução acumulava os problemas sociais da Serra, acumulava as diversas doenças, tais como a tuberculose, malária, pneumonia, meningite, etc, que se alastravam e continuam a atacar os milhares de homens assalariados que trabalham no garimpo.

"O sistema atual de assalariados é até mesmo ilegal"

— O sistema atual de assalariados é até mesmo ilegal do ponto de vista das leis trabalhistas vigentes. Os operários não têm nenhum direito por não terem vínculo empregatício e o sistema previdenciário é lesado por não receber

nenhum encargo social que é devido pelo empregador.

— O governo sempre propagandeou que sua intervenção seria para minorar os problemas sociais dos garimpeiros, dando-lhes assistência e garantias. Na verdade, o que se observa hoje é que os mecanismos criados e os equipamentos sociais colocados à disposição dos trabalhadores são totalmente insuficientes e inadequados para atender à demanda de aproximadamente 70 mil pessoas que lá trabalham.

— Outro fato conhecido que gerou o sistema Serra Pelada é o controle da produção de fora para dentro pelo negócio dos barrancos. Hoje, poucos são os barrancos de Serra Pelada que são tocados por seus próprios donos. Chegou ao ponto de existir uma verdadeira bolsa de barrancos nas cidades da região, como Marabá e Imperatriz.

— O governo manteve sob absoluto controle o garimpo até o impasse atual. Por ordens superiores, até hoje não esclarecidas, chegou-se, alegando problemas de segurança nacional, a impedir com forte esquema policial a entrada de deputados do Estado do Pará na Serra. Esse desrespeito total aos poderes legitimamente constituídos foi praticado por aqueles que tanto exigem respeito às instituições vigentes.

— São evidentes as manipulações a nível das informações e as confusões criadas a respeito dos interesses envolvidos como o caso da Docegeo, empresa estatal de capital e controle totalmente nas mãos do governo, que é proposadamente acusada de ser multinacional, gerando-se a confusão generalizada, tanto entre os trabalhadores do garimpo, como para a população em geral.

— Na realidade, a Docegeo, como subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce, e o Departamento Nacional de Pesquisas Minerais, como órgão oficial, representam interesses do próprio governo e, portanto, este é o grande responsável pelos fatos e seus técnicos, sabemos todos, são usados às vezes como bodes expiatórios, na medida que muito pouco influíram nas decisões tomadas, pois estas sempre se localizaram nos altos escalões do governo, como o próprio Conselho de Segurança Nacional e o SNI.

— Na outra ponta da corda do oportunismo surge o justiceiro salvador deputado Sebastião Curio, com seu projeto que, além de passar por sobre o Código de Mineração, desrespeitando, inclusive, direitos legais líquidos e certos, embora de legitimidade discutível, propõe simplesmente a manutenção do "status quo" que ele próprio criou e usufruiu politicamente.

— O projeto pretende unicamente que se mantenha a situação atual e os mesmos que vêm se locupletando com o processo continuam incólumes e sem empelinhos. Nada propõe com relação à organização da verdadeira lavra a céu aberto que lá existe. Não ordena a produção nem organiza os produtores. Nada propõe a respeito dos direitos de quem realmente trabalha. O projeto representa apenas uma parte dos interesses em jogo que se confundem com os interesses do proponente.

"O veto do Presidente representa o interesse do governo e suas empresas"

— O veto do Presidente da República, por outro lado, representa os interesses do governo e suas empresas, como diz claramente o Ministério das Minas e Energia, ao afirmar que a lavra será feita pela CVRD. Será que isto realmente ocorrerá? Corre solta a política de reduzir os gastos das estatais, de um lado, e, de outro, correm rumores de que existem fortes pressões de grupos, envolvendo grandes figuras, para ficarem com o espólio final.

— O decreto (do deputado Curio) não avançava no sentido da necessária organização técnica e social da mineração quando propõe a continuação da produção do garimpo atual. De outro lado, o Ministério propunha a simples exploração empresarial da jazida, sem levar em conta os milhares de homens que lá trabalham e que deveriam ser os legítimos donos, até porque alguns deles foram os descobridores indiscutíveis da jazida que lá existe.

— No nosso entender, o governo deve, em primeiro lugar, transformar Serra Pelada em uma mina organizada social e tecnicamente; segundo, respeitar as leis vigentes e manter os direitos minerais regulares nas mãos da CVRD, que é uma empresa do governo e, portanto, que privilegie os trabalhadores na extração do ouro, com o mínimo de mecanização, o estritamente necessário, em um processo dessa natureza, que possa absorver de modo efetivo a grande quantidade de mão de obra. Terceiro, criar mecanismos democráticos de controle das decisões tanto a nível técnico como gerencial para preservar a instituição de erros e manipulações que possam surgir ao longo do novo processo.

— O único mecanismo no qual realmente falece nossa experiência é na questão dos mecanismos de controle democrático. Neste ponto, reconhecemos que teremos dificuldades, pois a democracia só se aprende no exercício e, após estes anos negros de poder centralizado, exercido de modo autoritário pela ditadura indistinta, não podemos nos arvorar em mestres de controles democráticos. De fato, eles não existem nas estatais, mas precisam ser criados urgentemente.